

A Política dos Sentimentos: as emoções no cotidiano da Assistência Social à pessoas em situação de rua ^{1 2}

Yan Tavares Carvalho (PPGSA- UFRJ)

Palavras-chave: “pessoas em situação de rua”; “emoções”; “Assistência Social”

Resumo

Este artigo analisa o papel das emoções na produção e no enfrentamento da situação de rua, tomando como objeto as interações entre pessoas em situação de rua e profissionais da Política de Assistência Social. A pesquisa parte da constatação de que a exclusão social não se restringe à privação material, sendo continuamente produzida por repertórios emocionais que sustentam práticas de estigmatização, evitação e desumanização. Com base em entrevistas realizadas com pessoas em situação de rua e em uma etnografia desenvolvida junto ao Centro POP e às equipes de Abordagem Social da região central do Rio de Janeiro, o estudo articula contribuições da antropologia das emoções e da sociologia interacionista para compreender como medo, nojo, raiva e indiferença organizam as fronteiras morais entre "nós" e "eles". Em diálogo crítico com o conceito de aporofobia, argumenta-se que a aversão às pessoas em situação de rua deve ser compreendida como uma construção cultural e relacional, e não como predisposição biológica ou universal. Em contraposição a essas dinâmicas de exclusão, a pesquisa evidencia que a atuação de assistentes sociais e educadores sociais depende da construção de vínculos afetivos e da realização de intenso trabalho emocional, nos termos propostos por Arlie Hochschild. O manejo das emoções constitui condição indispensável para o acolhimento, a produção de confiança e a efetivação das políticas socioassistenciais, embora imponha elevados custos subjetivos aos trabalhadores. Conclui-se que as emoções ocupam lugar central tanto na reprodução quanto no enfrentamento da desigualdade social, sendo indispensável incorporá-las à análise das políticas públicas voltadas à população em situação de rua e às práticas de cuidado desenvolvidas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Introdução

De acordo com o Censo da População de Rua (RIO DE JANEIRO, 2023) realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 2022, há na capital fluminense mais de 7.865 pessoas em situação de rua³, número este que tende a ser ainda maior no presente ano (2026), haja visto que jamais na série histórica houvera um decréscimo e os cariocas cadastrados no CadÚnico como pertencentes a essa população em 2024, chegam aos 21.668⁴. Tal incerteza em relação a quantidade de pessoas em situação de rua é evidência de uma das principais problemáticas atreladas a “vida nas ruas”, a questão da “invisibilidade”. Para além das variadas formas de escassez material que, como sabemos, compõe o “morar na rua”, tais pessoas experienciam ainda o drama do pouco de reconhecimento de sua vulnerabilidade e da falta de mobilização política para o combate a “situação de rua”.

Como trataremos mais a frente, a chamada “invisibilidade” estabelece-se, dentre outros elementos, a partir da evitação e da aversão à essa população, de modo que soma-se à fome, à falta do básico para a manutenção da própria saúde, à exposição ao frio cortante e ao calor extremo, e à todas as outras mazelas decorrentes da extrema pauperização; a completa desvalorização destes sujeitos enquanto titulares do direito a dignidade de serem olhados nos olhos, vistos como semelhantes, como humanos.

É em grande medida, contra essa miríade de elementos compreendidos no que convencionou-se chamar “situação de rua” que as políticas públicas de Assistência Social travam batalha. Ao menos é o que orienta a Lei Orgânica da Assistência Social ([LOAS] BRASIL, 1993) que prevê ações de acolhimento, abordagem social, fortalecimento de vínculos, acesso a direitos e promoção da autonomia, reafirmando a responsabilidade do Estado na garantia da proteção social a esse segmento populacional, bem como Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009) que institui a promoção dos direitos humanos, através da intersetorialidade das políticas públicas, da participação social e da superação do preconceito, buscando garantir o acesso universal aos serviços públicos e o reconhecimento da cidadania das pessoas em situação de rua.

³ De acordo com o Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009 a população em situação de rua é “o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”.

⁴ Dado colhetado no ObservaDH, ferramenta digitl do Ministério dos Direitos Humanos para o acompanhamento das informações acerca de políticas públicas no Brasil. Site: observadh.mdh.gov.br

Nesse sentido, a presente pesquisa busca compreender de que maneiras é possível contrastar a estigmatização de pessoas em situação de rua à forma como agentes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) interagem com esta população. Para tanto, a pesquisa atenta-se à dimensão emocional destes dois *ethos*, realiza, então, dois movimentos: um primeiro que busca analisar as emoções atreladas à estigmatização das pessoas em situação de rua, através de relatos destas; e um segundo que dedica-se à gestão emocional operada por profissionais (sobretudo, educadores sociais e assistentes sociais das políticas de Assistência Social a pessoas em situação de rua) em seus cotidianos de trabalho no Centro do Rio de Janeiro. Assim, realizei um conjunto de entrevistas longas e abertas com pessoas em situação de rua e venho realizando uma etnografia no Centro Pop e junto a equipes de abordagem social nesta região.

A aversão aos pauperizados

No Brasil, a temática da aversão a pessoas em situação ganhou nova notoriedade durante a pandemia de COVID-19⁵, quando viralizaram nas redes sociais vídeos do padre Júlio Lancelotti, que é conhecido por coordenar ações de assistência à população em extrema vulnerabilidade social, quebrando a marretadas pedras colocadas embaixo de um viaduto para impedir que pessoas em situação de rua se abrigassem. A atuação do padre ganhou tamanha notoriedade nacional que, em dezembro de 2022, foi aprovada e batizada com seu nome a Lei Federal Júlio Lancellotti (BRASIL, 2022) que proíbe a instalação de arquiteturas hostis –construções feitas para restringir o direito à circulação e à permanência de pessoas em situação de rua nas cidades–. Na ocasião um dos conceitos mais em evidência no debate público era o de aporofobia, o vocábulo cunhado pela filósofa espanhola Adela Cortina tem raiz nas palavras gregas *á-poros* (sem recurso/desamparado) e *fobos* (medo/ aversão), significando, portanto, aversão aos pobres, proscritos. No livro intitulado “Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia”(2020), a Cortina reflete sobre o fenômeno que estampa a capa do livro. Já de início a autora elabora uma distinção entre aporofobia e xenofobia, apontando para como a aversão tem por objeto aquele que é pobre mais do que os estrangeiros. Isto é, aqueles que não possuem o que trocar com outros indivíduos detêm o elemento marcante para a exclusão, não aqueles que vêm de outros territórios. Para

⁵ Em pesquisa no Google Trends (ferramenta do Google que contabiliza as pesquisas na plataforma) é possível averiguar a ascensão vertiginosa no número de pesquisas pelo termo no Brasil, após maio de 2022.

exemplificar, ela menciona como na Espanha, país de origem da autora, os turistas são bem tratados e os imigrantes em extrema vulnerabilidade social não o são. Chegando inclusive a afirmar: “ O problema não é, então, a raça, a etnia e nem mesmo o estrangeiro. O problema é a pobreza” (CORTINA, 2020, p.26). Tal distinção e o exemplo que a baseia parece não levar em conta elementos como a natureza nem sempre evidente das diferenças culturais que marcam a alteridade daquele tido como estrangeiro, a racialidade da prática de turismo internacional, e, evidentemente, dados empíricos que demonstram que turistas podem sim ser alvo de violenta aversão em território europeu. Ou seja, o apagamento da interseccionalidade de marcadores sociais da diferença que compõe a aversão que a autora busca compreender.

Para além disso, e de maneira ainda mais incomoda aos olhos de um antropólogo, a autora argumenta que a aporofobia é um fenômeno universal, presente em todas as épocas e grupos sociais. Um traço comportamental evolutivo geneticamente transmitido, e que pode sim ser impactado por elementos socio-culturais, mas que tem de fundo uma natureza biológica que outrora funcionou como ferramena de perpetuação de grupos humanos.

“Ademais, porque, enquanto atitude, ela [a aporofobia] possui acance universal: todos os seres humanos são aporofóbicos por raízes cerebrais, mas também sociais, que podem e devem ser modificadas, se é que levamos a sério ao menos duas chaves de nossa cultura, o respeito à igual dignidade das pessoas e à compaixão, entendida como capacidade de perceber o sofrimento dos outros e de se comprometer a evitá-lo.”(CORTINA, 2020, p.19)

De forma bastante clara, a autora partilha da compreensão hegemônica comum em nossa etnopsicologia euro-americana (LUTZ, 1986) – maneira ocidental e hegemônica de compreender as dinâmicas emocionais – como elementos instintivos, internos, inatos, universais, e cuja cultura opera somente no sentido de coibi-los e/ou regimentá-los, ordenar sua expressão. Muito embora, é verdade, a autora não defina a aporofobia como um fenômeno propriamente emocional, mesmo faltando no correr do livro de emoções como raiva, medo, nojo etc.

Diante da grave incongruência entre o conceito de “aporofobia”, um dos mais utilizados para tratar do tema da aversão a pessoas em situação de rua no Brasil, e o arcabouço epistemológico da Antropologia, ingressei em uma busca por outra forma de enquadrar teoricamente a aversão a pessoas em situação de rua. Então, quase como num

cacoete sociológico, voltei-me a obra de Georg Simmel, sobretudo, a atenção especial que o autor dedica às subjetivações típicas das grandes cidades, no contexto da modernidade.

O sociólogo alemão, em seu classiquíssimo texto “As Grandes Cidades e a Vida do Espírito”, considera o contexto urbano dotado de atributos distintos daqueles dos contextos rurais, fato que marca as distinções socioespaciais fundadas a partir da Revolução Industrial. Tais características citadinas⁶ produzem uma “intensificação da vida nervosa” (SIMMEL,2005), tornando imprescindível para o bem-estar psíquico dos sujeitos o desenvolvimento *natural* de “um órgão protetor contra o desenraizamento com o qual as correntes e discrepâncias de seu meio exterior o ameaçam” (SIMMEL,2005.p.578). Responsivamente, portanto, ganha forma o chamado “caráter *blasé*” cuja “essência é o embotamento frente as distinções das coisas” da vida cotidiana nas cidades, “não no sentido de que elas não sejam percebidas, (...) mas sim de tal modo que o significado e o valor das distinções das coisas e com isso das próprias coisas são sentidos como nulos” (SIMMEL, 2005. p.581). Em outras palavras, o caráter *blasé* se dá na homogeneização das coisas e pessoas presentes nas grandes cidades pelo sujeito, justamente pela incapacidade fisiológica de operarmos tantas distinções quanto seriam necessárias para tornar o universo urbano inteligível.

À vista disso, a relação entre a aporofobia com o fenômeno da modernidade – enquanto elemento determinante para o florescimento das grandes cidades como as conjecturamos hodiernamente– parece ganhar maior sustância. Simmel é exitoso ao caracterizar o sujeito urbano como dotado dessa “apatia protetora”, apesar de, para isso, beber de águas naturalistas, como é comum à época que escreve. Explico, ao elencar como motivo fundamental do aparecimento do caráter *blasé* a incapacidade orgânica, fisiológica, de dedicar atenção à miríade de elementos presentes nos cotidianos urbanos, Simmel atribui maior peso à relação entre a natureza psicológica humana e as formas de organização da vida social do que à cultura, como elemento que, através das representações, constrói as subjetividades, a vida emocional dos sujeitos.

Portanto, o caráter *blasé* é para Simmel uma reação aos modos de vida da modernidade, o resultado de um Ser-no-mundo sociohistoricamente construído. Não é aprendido, tampouco tem a ver com o arcabouço simbólico das culturas, com processo de aprendizado, ou incorporação desses mesmos elementos simbólicos. E é justamente, nesse

⁶ A economia monetária e a subsequente produção da impessoalidade nas relações mercantis, a ultra especialização produtiva dos indivíduos, a pontualidade, a contabilidade, a exatidão, os excessos de informação que demandam grande esforço anímico dos indivíduos; são algumas dessas características importantes da vida nas grandes cidades para Simmel.

aponto que acuso o resquício naturalista, e universalista, na maneira como Simmel pensa a subjetivação nas grandes cidades. Qualquer indivíduo, independente de seu repertório simbólico, incorreria no caráter *blasé* diante das condições de vida ofertadas pelas grandes cidades.

Ambas as perspectivas, a produtora da conceituação da aporofobia e a simmeliana, parece quase como que escusar aqueles que sentem a aversão ao pobre de seus próprios sentimentos, acabam por desculpabilizar estes, conferindo-os o “direito” a se verem vítimas de traços comportamentais evolutivos ou de seus contextos urbanos quase estroboscópicos. Assim urge a necessidade produzir uma interpretação teórica ao fenômeno da aversão a pessoas em situação de rua que confira à dimensão simbólica sua devida importância, noutras palavras, que aponte a importância da(s) cultura(s) na construção dessas emocionalidades hostis, dessas formas de estigmatizar.

O estigma, como bem nos apresenta Erving Goffman (1988), é um traço (abominação física, “culpas” de caráter individual—alcoolismo, drogadicção, transtorno mental—, ou que denote pertencimento a algum etnia, nacionalidade, ideologia política) que ao ser percebido pelos demais impossibilita a aproximação entre os atores, uma vez que o portador do estigma tem seu estatuto de pessoa integral reduzido a uma identidade social deteriorada. Não é, vale ressaltar, o atributo em si que produz tal deterioração, mas as relações sociais que vinculam algumas características visíveis à elementos morais negativos, ao ponto de “alguém com um estigma não seja [considerado] completamente humano”(GOFFMAN, 1988, p. 15).

Ao abordar a temáticas das crianças em situação de rua, Hélio Silva e Claudia Milito, em seu livro “Vozes do meio-fio”(1995), vão apresentar o conceito de “cultura da evitação” para tratar do conjunto de posturas de grupos socialmente integrados que visam afastar, não esbelecer contato, com pessoas em situação de rua, entendido como indesejáveis, grosseiros e perigosos. Embora não seja exatamente este o enquadramento dado pelos autores, no correr do livro diversas interações entre domiciliados e pessoas em situação de rua são descritas e salta aos olhos o repertório emocional que constitui a chama “cultura da evitação”. Emoções como: medo, raiva/ódio, nojo, indiferença/apatia; são algumas das que mais saltam aos olhos.

Tais sentimentos estiveram muitíssimo presentes nos relatos das pessoas em situação de rua que entrevistei nos últimos meses⁷. Por exemplo no relato de Thiago⁸, 47 anos, que ao ser perguntado sobre qual o maior “covardia” –como alguns interlocutores chamam as experiências de profundo desrespeito vivenciadas nas ruas– havia sofrido, contou-me de uma vez em que havia gastado na noite anterior os poucos reais que havia mendigado para satisfazer sua adicção ao crack. Era um dia quente de verão, estava exausto por conta da noite anterior e com muita sede, de modo que passar novas horas mendigando para conseguir comprar uma garrafinha d’água não lhe parecia mais uma opção. Então decidiu entrar em um restaurante para pedir água. O restaurante era em Copacabana, bastante próximo à orla, portanto uma das regiões mais turísticas da cidade. Ao entrar foi recebido com olhares que expressavam a estranheza de vê-lo ali, e imediatamente foi abordado por um garom que o inquiriu sobre o que ele queria. Respondeu que só queria um copo d’água, que era trabalhador e que estava com muita sede pois passaram a manhã catando latinhas. O garçom disse que o daria a água e pediu que esperasse na entrada do estabelecimento enquanto ele buscava. Thiago grato e prontamente acatou. Depois de rápida espera, um outro homem veio a seu encontro com um copo com água e gelo. Era forte, alto e todo vestido de preto. Entregou-lhe o copo, e Thiago sem pensar duas vezes, tamanha sua sede, deu um massivo gole. Imediatamente sentiu um gosto muitíssimo salgado e cuspiu todo o líquido. O homem de preto olhava-o de cima com um sorriso de satisfação no rosto, e os garçons que observavam a tudo de dentro do restaurante gargalhavam. Haviam lhe dado um copo cheio de água com sal. Ainda sem ter tido tempo de entender tudo que se passava, o homem vestido de preto a sua frente levantou a camisa e mostrou-o uma arma, e disse: “Se você voltar aqui a coisa vai ficar feia pro teu lado. *Rala!*”

Já Daniel, 27, contou-me que ao pedir pão em uma padaria na Tijuca, uma senhora que aguardava ser atendida pelo padeiro se sentiu enojada com sua presença, e fechou o nariz com os dedos em movimento de pinça. A presença de Daniel a causava tamanha indignação que em dado momento desatou a lhe dizer que seu lugar não era ali, o que desencadeou uma discussão intensa entre os dois, que culmina com ela tentando acertar-lhe um cuspe. Daniel

⁷ Tais entrevistas foram coletadas, em geral, de manhã bem cedo, no CentroPOP Barbara Calazans no Centro do Rio de Janeiro, enquanto meus interlocutores aguardavam na fila para concorrer a uma vaga em um dos abrigos de pernoite. No total foram 7 entrevistas longas, de duração entre uma hora e uma hora e meia. Algumas que eram interrompidas para a realização dos tramites burocráticos para concorrer a vaga no abrigo, mas que logo após eram retomadas.

⁸ Todos os nomes dos entrevistados mencionados são nomes fictícios para garantir o anonimato dos interlocutores.

disse-me que se segurou para não agredir a mulher depois de tamanho “destrato” e humilhação, comprou seu pão e foi embora.

Nestas cenas podemos observar a construção de uma dinâmica de um “nós” e “eles”, que molda a economia moral de muitas interações cotidianamente experienciadas por pessoas em situação de rua. E que tem, assim como qualquer economia moral, sua própria economia de trocas emotivas (AHMED, 2017). Assim a hierarquização social constiu-se junto e através de gramáticas emocionais (LUTZ, 1990) culturalmente difundidas.

Assistência Social e a gestão emocional

No Brasil, a história da Assistência Social à pessoas em situação de rua é marcada pela virada das práticas assistencialistas e filantrópicas para o reconhecimento da assistência como um direito, que deve, e veio a ser, assegurado por lei. Antes dos anos 1980, as ações de assistência à população de rua eram majoritariamente vinculadas a instituições religiosas e ONGs, pautadas por lógicas de caridade, moralização e controle da pobreza (MANRIQUE CASTRO, 2017). Os governos, sejam eles municipais, estaduais, ou federais, tinham uma atuação insipiente e fragmentada, apontando a população em situação de rua como um problema de segurança pública ou de higiene urbana, e não como sujeitos dotados de direitos sociais que possibilitassem a superação da extrema miséria (MARTINELLI, NUNES, MACHADO, 2020; REIS, RIZZOTTI, 2014; SERAFINO, LUZ, 2015; FREITAS, BRITO, 2021). O ponto de virada nesse lógica é ao processo de redemocratização, que culmina na Constituição Federal de 1988, que instituiu a Assistência Social como política pública de Seguridade Social, assim como suas primas a pasta da Saúde e da Previdência Social.

A regulamentação da Assistência Social ocorre alguns anos depois, em 1993, com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que apresenta as diretrizes fundamentais da operação de políticas de assistência no país. Entretanto, somente nos anos 2000 concretizou-se o modelo de proteção social que atribuiam no emprego das políticas prioridades variáveis relativas aos graus de vulnerabilidade social dos assistidos. Nesse sentido, a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, são elementares para o reconhecimento da população de rua como público prioritário da proteção social especial de média complexidade, com direito a serviços socioassistenciais em uma perspectiva territorial e continuada. Essa crescente, vale comentar, advém em grande medida como repercussões políticas do massacre da Praça da Sé em São Paulo, em 2004, episódio onde pessoas em situação de rua foram

brutalmente atacadas com golpes na cabeça enquanto dormiam, e tiveram sete vítimas fatal e oito sobreviventes com sequelas irreversíveis. À época, o fato catalisou os debates sobre a questão da falta de moradia e da necessidade de políticas públicas especializadas.

Atualmente, o SUAS oferta, sobretudo nas cidade cidades de médio e grande porte, uma variedade de aparelhos especializadas a pessoas em situação de sua, dentre as quais gostaria de sobressaltar: os Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) – principal equipamento especializado, e concede espaço onde as pessoas podem realizar higiene pessoal, guardar pertences, receber alimentação quando prevista localmente, obter endereço institucional para acesso a documentos e benefícios, participar de atividades coletivas e receber acompanhamento psicossocial de assistentes sociais e psicólogos, que oferecem escuta qualificada, elaboração de planos de acompanhamento, encaminhamentos e articulação com toda a rede de proteção social –, o Serviço Especializado de Abordagem Social – que vai até as pessoas em situação de rua diretamente nos territórios, estabelecendo vínculos, identificando demandas imediatas, prestando informações sobre direitos, realizando escuta inicial e encaminhando voluntariamente os usuários aos demais serviços, os CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) – realizam demandas complementares, já que são projetados para o atendimento da população mais ampla que esteja em situação de violação de direitos sociais violados –, e os Abrigos.

Na presente pesquisa, que compõe minha pesquisa de Mestrado e ainda está em curso, realizo uma etnografia junto aos principais equipamentos públicos operantes no Centro do Rio de Janeiro dedicados a pessoas em situação de rua, isto é, junto ao Centro Pop e as equipes de abordagem social. Em minhas, ainda não muito conclusivas, inserções no campo pude averiguar um elemento que a literatura do Serviço Social aponta como fundamental destas políticas: o desenvolvimento de vínculos afetivos entre os profissionais e os assistidos (VAN WIJK, MÂNGIA, 2017; SOUZA,COSTA-ROSA, BENELLI, 2019; MOTA, FONSECA, SANTOS, GALLASSI, 2019). Sem esse elemento o processo de reinserção social do assistido torna-se ainda mais difícil, dado que o processo de convencimento, que é traço marcante da atuação das equipes de abordagem, complexifica-se. Ademais, a construção de vínculos é de extrema importância para reconstituição da autoestima das pessoas atendidas, uma vez que rompe-se com a dinâmica de hierarquização que fundamenta a discriminação desses atores.

Entretanto, engana-se aquele que pensa que tais vínculos são construídos espontaneamente, sem a manutenção atenciosa das expressões emotivas, ou que tais relações não apresentam um custo humano aos assistentes e educadores sociais. Diferente-me do que

pode-se imaginar, esses elos produzem-se sobre intensa gestão de si e do que expressa-se ao assistido. Isso se dá, por alguns fatores como: os riscos de adoecimento psíquico daqueles que assistem, diante das mais terríveis violações de direitos, e a explicitação de que aquela interação não é a ação de auxílio fortuito, pessoal, como a que pode fazer qualquer pedestre, mas sim de uma ação do Estado, e que os limites da pessoalidade devem ser mantidos.

Nesse sentido, os “esforços interacionais” dos assistentes podem ser lido na chave conceito da socióloga Arlie Hochschild de “trabalho emocional”. Isto é, pela chave do controle emocional sem o qual as interações extrapolam os limites morais socialmente difundidos e legitimados, e que atinja-se o objetivo da interação, no caso das equipes de abordagem, o convencimento à adesão a políticas de auxílio. O trabalho emocional, afirma a autora, “exige que se induzam ou se reprimam sentimentos para sustentar uma expressão exterior capaz de produzir nos outros o estado de espírito desejado” (HOCHSCHILD, 1993), que é justamente o procedimento realizado pelos assistentes.

Em uma de das vezes que pude acompanhar uma equipe de abordagem social, constituída por dois educadores e uma assistente social, em um de suas andanças pelos principais pontos de maior concentração de pessoas em situação de rua do Centro do Rio de Janeiro, observei na prática como estas complexas e pouco evidentes dinâmicas são estabelecem-se. Ao abordar uma pessoas em evidente vulnerabilidade social, Alessandra, a assistente social de imediato reconheceu que aquele se tratava de Joachim, um senhor de avançada idade, que assim como muitos outros, vive entre idas e vindas inconstantes aos abrigos e ao Centro Pop, mas que há muito não era encontrado pelas equipes de abordagem. A distância das políticas de Saúde e Assistência Social, fez com que sua saúde se deteriorasse de maneira perceptível, por conta da diabetes, seu pé estava em carne viva, enfaixado com sacolas plásticas e panos sujos. A laço com Joaquim, desenvolvido no correr de incontáveis contas, fez Alessandra emocionar-se, seus olhos marejaram, mas rapidamente, como se uma máscara lhe houvesse sido colocada, sua expressão mudou, tornou-se quase plácida, e ela passou a conversar com os educadores e seu Joaquim, com assustadora objetividade. E acabou, convencendo-o à ir com eles ao hospital, poucos quarteirões dali. Estava ali, havia manejado suas emoções para realizar sua atividade laboral, controlado, talvez até reprimido suas emoções para realização da melhor abordagem possível.

Para continuar elobarando...

Podemos, então, afirmar que a dimensão emocional ocupa um lugar central na produção e no enfrentamento da situação de rua. Os relatos etnográficos das pessoas entrevistadas demonstram que a exclusão não se limita à privação material, mas é continuamente produzida por repertórios emocionais socialmente aprendidos, como o medo, o nojo, a raiva e a indiferença, que sustentam práticas de evitação, humilhação e desumanização. Nesse sentido, a pesquisa sugere que a aversão às pessoas em situação de rua não pode ser compreendida como um impulso universal ou biologicamente determinado, tal como propõem certas interpretações, mas como uma construção cultural e moral que organiza as fronteiras da humanidade e legitima a desigual distribuição de reconhecimento entre os sujeitos. A articulação entre Goffman, Lutz e as narrativas etnográficas evidencia que as emoções são produzidas em contextos sociais específicos e desempenham papel decisivo na manutenção do estigma.

Por outro lado, a etnografia realizada junto aos serviços do SUAS revela que a Assistência Social opera precisamente no interior dessa economia moral dos afetos. O cuidado ofertado por educadores sociais e assistentes sociais depende da construção cotidiana de vínculos, da produção de confiança e de um intenso trabalho emocional que torna possível acolher sem reproduzir a violência simbólica presente nas interações ordinárias da cidade. Longe de constituir um aspecto secundário da intervenção estatal, a gestão das emoções mostra-se uma tecnologia fundamental da proteção social, embora imponha elevados custos subjetivos aos trabalhadores. Assim, ao evidenciar que a política dos sentimentos atravessa simultaneamente os processos de exclusão e as práticas de cuidado, esta pesquisa contribui para deslocar o debate sobre a população em situação de rua para além das dimensões estritamente institucionais ou materiais, ressaltando que compreender as emoções como fenômenos culturais é condição indispensável para pensar políticas públicas comprometidas com o reconhecimento da dignidade, da cidadania e da humanidade dessas pessoas.

Bibliografia

AHMED, Sara. La política cultural de las emociones. Traducción de Cecilia Olivares Mansuy. Ciudad de México: Centro de Investigaciones y Estudios de Género de la UNAM, 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm . Acesso em: 21 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.489, de 21 de dezembro de 2022. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para vedar o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 dez. 2022. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>

.

CORTINA, Adela. Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia. Tradução de Daniel Fabre. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FREITAS, Renata Martins de; BRITO, Vanessa Silveira de. Direitos humanos e a abordagem social a pessoas em situação de rua no SUAS. Serviço Social em Debate, Montes Claros, v. 4, n. 2, 2021.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. The managed heart: commercialization of human feeling. Berkeley: University of California Press, 1983.

LUTZ, Catherine. Emotion, Thought, and Estrangement: Emotion as a Cultural Category. Cultural Anthropology, v. 1, n. 3, p. 287–309, 1986.

LUTZ, Catherine. Engendered emotion: gender, power, and the rhetoric of emotional control in American discourse. In: LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila (org.). Language and the politics of emotion. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 69–91.

MANRIQUE CASTRO, Manuel. História do serviço social na América Latina. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2017. 176 p.

MARTINELLI, Tiago; NUNES, Rodrigo dos Santos; MACHADO, Veridiana Farias. O asseguramento dos direitos sociais a partir da política de Assistência Social para populações em situação de rua. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 19, n. 1, e37186, 2020. DOI: 10.15448/1677-9509.2020.1.37189.

MOTA, Fernanda Oliveira; FONSECA, Rafaela Maria Alves Martins; SANTOS, Josenaide Engracia dos; GALLASSI, Andrea. Aspectos do cuidado integral para pessoas em situação de rua acompanhadas por serviço de saúde e de assistência social: um olhar para e pela terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 27, n. 4, p. 806–816, 2019. DOI: 10.4322/2526-8910.ctoAO1809.

REIS, Mariana Sato dos; RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. População de rua, território e gestão de políticas sociais: para além de um retrato social. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 17, n. 1, p. 122–148, 2014.

RIO DE JANEIRO (Município). Instituto Pereira Passos; Secretaria Municipal de Assistência Social. Censo da População em Situação de Rua 2022: resultados. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://prefeitura.rio/assistencia-social-direitos-humanos/prefeitura-do-rio-divulga-resultados-do-novo-censo-de-populacao-de-rua-2022/>. Acesso em: 21 jun. 2026.

SERAFINO, Irene; LUZ, Lila Cristina Xavier. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 74–85, 2015. DOI: 10.1590/1414-49802015000100008.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577–591, 2005.

SOUZA, William Azevedo; COSTA-ROSA, Abílio; BENELLI, Silvio José. Uma prática de trabalho com pessoas em situação de rua no SUAS. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 24, e44032, 2019. DOI: 10.4025/psicolestud.v24i0.44032.

VAN WIJK, Livia Bustamante; MÂNGIA, Elisabete Ferreira. O cuidado a pessoas em situação de rua pela Rede de Atenção Psicossocial da Sé. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 115, p. 1130–1142, out./dez. 2017. DOI: 10.1590/0103-1104201711511.